



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 942

Rio de Janeiro, 14 de março de 1968

Prezado Coordenador:

Tenho o prazer de mandar-lhe o meu programa de trabalho a curto prazo:

1. Poderia participar nos CEOSE Maranhão e Piauí, junto com Maciel:

2. As datas seriam:

CEOSE Maranhão: 28, 29 e 30 de março ou  
4, 5 e 6 de abril

CEOSE Piauí: 31 de março, 1 e 2 de abril ou  
8, 9 e 10 de abril

Ou, inversamente, começando-se pelo Piauí.

3. Conforme os entendimentos mantidos no Recife em fins de janeiro, com Maciel e os componentes da Divisão de Educação do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE, ambos os CEOSE teriam um sentido muito pragmático. Não se trataria, ao contrário do que se fez em outros Estados, de devassar em totalidade e profundidade o sistema educacional dos dois Estados: já se verificou alhures que muitos dos pormenores colhidos não interessavam ao trabalho reformista que pretendemos - quer por ser irrelevantes, quer, pelo contrário, por ser de suma importância mas fora, provisoriamente do nosso alcance. Haveria, apenas:

a) de fazer uma análise sumária da realidade educacional dos dois Estados: análise essa facilitada pelos documentos que ficou de nos mandar a SUDENE e pelos relatórios que eu redigi sobre os dois Estados, quando da minha passagem em janeiro de 1967, por ocasião dos "Pre-CROSE".

b) de ver se nossa "filosofia educacional" - ou melhor a filosofia que está, aos poucos, brotando dos nossos contatos internos e dos contatos com o IPEA, a SUDENE etc... - pode se aplicar àquela reali

dade. Pode ou não haver, lá, uma distinção rigorosa das faixas normativas e executivas ? Dos setores administrativos e pedagógicos ? Uma Divisão do Ensino Ginásial, exclusivamente dedicada ao problema do tronco comum, às relações com as 5ª e 6ª séries, à introdução experimental do ginásio "menor" ? Esses e outros objetivos terão de ser vistos à luz das contingências sócio-econômicas, o que sugere, na aplicação, uma grande flexibilidade, desde que o espírito das reformas não seja deturpado.

c) de determinar quais os meios de promover a mudança ou de acelerar as mudanças favoráveis já em curso - no sentido desses objetivos. Quais as etapas a encarar ? De que meios psicológicos e administrativos (sendo a reforma administrativa como a fabricação de um instrumento segundo Espinosa: para efetivá-la, temos necessidade de um "pre-instrumento", isto é, devemos sugerir medidas administrativas emergenciais que permitam sua colocação em órbita) lançar mão na fase inicial ? Quais as pessoas e a distribuição de cargos a sugerir aos responsáveis pela política educacional ?

4. Nessa perspectiva, parece interessante conseguir, além da colaboração do IPEA e da SUDENE, a do Instituto do Serviço Público da Bahia, que já faz tempo está atuando nas áreas Nordeste e Norte. Ainda que às vezes discutível, o trabalho que vem realizando nos campos da reforma administrativa geral e da reforma de algumas secretarias, merece ser tomado como ponto de partida de discussão, se fôr possível com a participação de um membro da entidade. A influência que o Instituto já granjeou no Nordeste não nos permitiria, aliás, ignorar por inteiro os modelos racionalizadores que elaborou para as SEC do Maranhão e do Piauí.

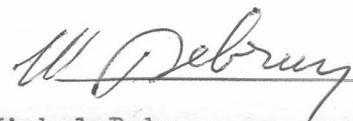
5. Tentarei reativar no Recife - analisando a situação com Maciel e Medeiros - e, talvez, em João Pessoa, as possibilidades de colaboração nossa com a SEC da Paraíba.

6. Desejaria, na segunda quinzena de abril, ir ao Paraná e a Santa Catarina, a fim de ver, nos campos que mais me interessam (reforma administrativa e ensino ginásial), quais as disposições concretas dos dois Estados e até que ponto poderiam adotar as sugestões dos relatórios CEOSE.

Acredito que essa visita, seguindo a de Jacques Torfs, só poderá reforçar nossa atuação, na medida em que evidenciar a atenção contínua que dedicamos aos Estados.

7. Desejo, outrossim, lhe assinalar que consagro uma parte da minha atividade atual a uma pesquisa sôbre os problemas de decision-making na área das despesas educacionais. Comecei pelo âmbito federal. Cheguei a conclusões curiosas sôbre a importância respectiva de certos órgãos do MEC e do MINIPLAN.

Atenciosamente,



Michel Debrun

Nº 849

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1967

Ao: Pe. Balduino Barbosa de Deus  
DD. Secretário de Educação do Piauí

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador dos CEOSE

Assunto: Adiamento do 1º Ciclo de Estudos sobre o Planejamento Educacional

Senhor Secretário,

A Comissão Executiva dos CEOSE (Colóquios Estaduais sobre a Organização de Sistemas de Educação), constituída pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos com técnicos brasileiros e da UNESCO, depois dos encontros realizados, em vários Estados, com administradores e técnicos no campo da educação, reconheceu a necessidade de um levantamento conjunto dos dados recolhidos de tais experiências, e das análises que sobre elas vinha elaborando essa mesma Comissão. Reconheceu, igualmente, que esse levantamento deveria realizar-se sob a forma de seminário, com a colaboração do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e com a participação de representantes de todos os Estados, devendo a escolha destes recair sobre pessoas-chave em cada sistema estadual de educação. O temário deveria abranger os problemas da organização administrativa e do planejamento educacional, formulados à luz das condições específicas que caracterizam a política educacional.

Tendo a Secretaria Geral do MEC alguns propósitos semelhantes aos que acabo de mencionar, especialmente em relação à habilitação técnica das pessoas encarregadas do planejamento educacional nos Estados, foi constituída, sob a presidência do Sr. Secretário Geral, o INEP (CEOSE) e o IPEA.

Elaborados os programas e tomadas as providências de ordem técnica, esbarramos, à última hora, num impedimento que, malgrado os esforços realizados, se mostrou intransponível - a não liberação de verbas da Secretaria Geral e do INEP, necessárias para a realização do Projeto.

Essa, a razão de ter sido sustado o I Ciclo de Estudos sobre o Planejamento Educacional e Organização Administrativa, conforme a comunicação oficial, já dirigida a V. Ex.ª, pelo Sr. Secretário Geral do MEC.

Os esclarecimentos que agora acrescentamos àquela comunicação visam a manifestar às Autoridades educacionais e aos técnicos com os quais vimos lidando nos vários Estados a nossa decisão de manter de pé todos os compromissos de colaboração já assentados, e de firmá-los com os Estados que, por falta de tempo e de melhores oportunidades, ainda não se incluem no âmbito de nossas atividades. O objetivo do mencionado Ciclo de Estudos - a constituição de um staff capaz de sustentar o esforço técnico em que se baseia, em grande parte, a política educacional dos Estados - continua igualmente em nossos planos, devendo concretizar-se pela forma que, na época oportuna, se mostrar mais viável.

Com essas explicações que ofereço, em nome do Sr. Diretor do INEP e no meu próprio, apresento a V. Ex.ª.

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador

Nº 765

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1967

Prezado Senhor,

Tenho o prazer de comunicar-lhe que a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura, em colaboração com os CEOSE (Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação - da iniciativa do INEP e da UNESCO) e com o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento), vai realizar, entre o dia 23 de outubro e o dia 21 de novembro, o 1º Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais.

Os documentos anexos expõem a finalidade do curso e resumem seu conteúdo.

Venho, exatamente, solicitar de V. Sª e do Conselho Estadual de Educação a sugestão de alguns nomes, entre os quais escolheremos três estagiários, na base das referências apresentadas. As pessoas escaladas serão, depois, formalmente convidadas pelo Sr. Secretário-Geral do MEC.

Insistimos em que os indicados sejam:

1. pessoas com bastante dinamismo e sólidos conhecimentos pedagógicos e/ou administrativos;
2. pessoas já pertencendo ao staff da Secretaria, ou nele suscetíveis de ingressar, nas áreas da reforma administrativa e do planejamento. Com efeito, o curso não terá finalidade acadêmica: trata-se de um treinamento com vistas a tarefas imediatas, como a eventual reformulação da máquina da SEC e a elaboração dos planos que, no início de 1968, hão de ser preparados para 1969. E a SEC, por sua vez, deve se comprometer a utilizar plenamente esse pessoal, depois do curso.

Na base da visita que eu fiz ao Piauí em janeiro dêste ano, acredito que os estagiários poderiam ser escolhidos entre as seguintes pessoas: Profs. Itamar de Sousa Brito e Paulo Nunes, Sras. Rita de Lima Veloso e Maria Dolores Veras de Silva. Estamos, porém, abertos a outras sugestões.

Solicitamos a remessa, por telegrama, de uma lista de quatro ou cinco nomes. As referências seguiriam por carta.

No tocante às despesas, é possível - ainda não certo - que o MEC peça a cada Estado uma contribuição financeira. Por exemplo, o pagamento das passagens de ida e volta dos estagiários.

Colho êste ensejo para renovar-lhe os protestos da minha mais alta consideração.

MICHEL DEBRUN  
Perito da UNESCO  
Membro da Comissão dos CEOSE

Rev. Padre  
Balduino Barbosa de Deus  
DD. Secretário de Educação do Piauí  
Secretaria de Educação  
TERESINA - Piauí

Nº 577

Rio de Janeiro, 31 de março de 1967

Ao: Il.<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação  
do Estado do Piauí

Do: Coordenador dos CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização  
de Sistemas de Ensino)

Senhor Presidente,

Venho comunicar a V.S.<sup>a</sup> a reformulação do plano dos Colóquios Regionais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino (CROSE), agora transformados em Colóquios Estaduais (CEOSE), como resultado de novas pesquisas e reflexões feitas pela Comissão encarregada de sua organização. A visita que realizamos, os Membros da Comissão, a todos os Estados, nos convenceu de que a eficiência dos Colóquios só poderia ser plenamente assegurada, se êles fôsem estaduais, em vez de regionais, como fôra planejado. Só assim tornar-se-ia viável o contato com todos os serviços que integram cada sistema estadual de educação, e a comunicação direta com a massa de administradores e técnicos que a êles estão vinculados.

O documento anexo esclarece, mais explicitamente, o sentido dos CEOSE, sua organização e as alterações acima referidas. A época de realização do Colóquio em cada Estado está sendo objeto de estudo e será comunicada oportunamente a V.S.<sup>a</sup>.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador

Nº 398

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1967

A: Srs. Membros da Comissão de Coordenação dos Colóquios Regionais sôbre Organização dos Sistemas Educacionais (CROSE)

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Piauí

Srs. Membros da Comissão,

Visitei o Estado do Piauí, do dia 15 até o dia 17 do corrente. Tenho a fazer as seguintes observações:

1. Apresentação dos CROSE:

A finalidade, o espírito, o conteúdo e o cronograma dos CROSE foram expostos e debatidos numa reunião de quase três horas. A lista dos principais participantes da reunião figura no anexo 1 (O Padre Balduino Barbosa de Deus, Secretário de Educação, não estava em Teresina; só tive infelizmente, uma conversa telefônica com êle, antes do meu embarque para o Piauí).

Tive, mais talvez do que nos outros Estados visitados, de desfazer dois equívocos simétricos relativos aos CROSE:

a) A opinião de muitos, segundo a qual a equipe dos CROSE se proporia a executar tarefas de ordem operacional, de racionalização do sistema educacional. Mostrei que, de acôrdo com a letra e o espírito da L.D.B., tal racionalização só poderia brotar da iniciativa dos próprios educadores do Estado, aos quais os CROSE pretendem oferecer, apenas, uma visão mais ampla da situação educacional brasileira, dos seus matizes regionais, bem como dos instrumentos quer de análise quer de racionalização de tal situação. Os Colóquios são essencialmente didáticos.

b) O pensamento, segundo o qual êles seriam didáticos no sentido banal, ou seja, implicando numa relação mestre-aluno. Salientei que, ainda de acôrdo com a L.D.B., o que deveria reinar era o espírito de diálogo (a vigorar, em particular, nas sessões da tarde), o único capaz de favorecer a autonomia educacional dos Estados. O diálogo se impõe,

aliás, por outra razão: os esquemas da Comissão INEP/UNESCO são, por definição, gerais. A maneira de utilizar os instrumentos que eles evocam, a de sagem a realizar entre os vários instrumentos, bem como o conteúdo educacional descrito, explicado e a reestruturar, isso tudo varia de lugar para lugar, em que pese à identidade nuclear dos problemas. Ora, as necessárias transposições só podem, por definição, resultar de um confronto demorado entre os educadores "centrais" e "locais", e não de uma simples manipulação dos dados apresentados por esses àquêles.

2. Situação e Perspectivas Educacionais do Estado:

Elas me foram pormenorizadamente descritas no decorrer dos seguintes encontros:

2.1. Tive uma reunião com as Sras. Rita de Lima Veloso, Supervisora-chefe, e Maria Dolores Veras da Silva, Coordenadora dos Cursos de Treinamento dos Leigos, que, ao analisarem a situação atual do ensino primário e normal, destacaram:

- a) a redução de 3 para 2 turnos nas principais cidades;
- b) os cursos de 8 meses para melhoria dos regentes e sua transformação em "auxiliares";
- c) o trabalho realizado pela supervisão no interior junto aos titulares;
- d) os cursos de recuperação de leigos, em Terezina e Ociras (esses cursos, análogos aos do PAMP, se desenrolam em várias etapas: janeiro-fevereiro, julho, janeiro-fevereiro de ano seguinte).

Guardei uma excelente impressão dos esforços ali empreendidos: os leigos, ainda, são 700 no Estado, mas os regentes e auxiliares, reunidos, 531; os professores normalistas 1062. (1)

Por outro lado, grandes esforços estão sendo desenvolvidos nos seguintes setores:

- a) criação de uma equipe técnica de supervisoras (8) na Secretaria, destinada a visitar os centros de supervisão (5) de interior; organizar e executar encontros pedagógicos entre os professores, notadamente do interior; preparar boletins, para orientação didática dos professores.
- b) Colaboração da supervisão com a Escola Normal (pública) de Terezina, para organização de aulas de metodologia.

---

(1) É verdade que esses algarismos ainda são irrisórios em comparação das necessidades: há, nas zonas rurais, 200.000 crianças escolarizáveis (obrigatoriamente) no primário, das quais apenas 40.000 estão atendidas.

- c) Organização de encontros estaduais de supervisores.
- d) Atendimento melhor do professor leigo, até hoje apenas treinado nos cursos de férias, e não orientado de modo regular como o titular. O Prof. Marcille Velloso, Coordenador nacional do PAMP, deve chegar em breve a Terezina para estabelecer um convênio (dinheiro, material etc) nesse sentido.
- e) Criação de um curso de especialização para lecionar na 1ª série, também em decorrência do convênio acima.

2.2. Estudei a situação do ensino médio com o Prof. Paulo Nunes, Inspetor Seccional da Diretoria de Ensino Secundário, com os responsáveis pelos cursos de verão da CADES, e com o Prof. Edmilson de Vasconcelos Pontes, do Centro Educacional de Maceió, coordenador do curso de matemáticas de verão promovido pelo CECINE (Centro de Ensino das Ciências do Nordeste; o curso inclui também estagiários do Maranhão, do Ceará e do Rio Grande do Norte):

- a) Os ginásios orientados para o trabalho só existem no papel (com exceção de um só, que funciona precariamente): há prédios, mas o material (oficinas) prometido pelo MEC ainda não foi remetido. Há um ginásio do SESI, em Terezina, mas ele funciona num sentido principalmente acadêmico, que constitui a tônica de todo o ensino ginasial. Não tive, é verdade, a oportunidade de visitar nenhum dos 16 estabelecimentos da CNEG (Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos).
- b) No colegial, mesma situação:  
O Colégio Agro-Técnico mantido pela União funciona pessimamente (o Ministério da Agricultura não manda nada). As escolas comerciais parecem funcionar de modo precário e acanhado. O Colégio Industrial mantido pela União é provavelmente melhor (pelas impressões colhidas), mas não o visitei nem falei com o corpo docente.
- c) Tive uma impressão mitigada do curso da CADES: Algumas aulas de história, e ciências, às quais assisti, me pareceram fracas. Seria bom que a coordenação dos Cursos fosse da responsabilidade direta da Diretoria de Ensino Secundário, que não pode se limitar a uma

colaboração financeira e a uma orientação didático-pedagógica remota. Fiquei também desfavoravelmente impressionado com a notícia de que, desde a criação desses Cursos da CADES, nenhum dos estagiários desaconselhados de apresentar (no fim do curso) o exame de suficiência, tivesse sido, paralelamente, afastado de ensino.

Não tive a oportunidade de apreciar o rendimento dos encontros entre professores de determinadas matérias; os encontros regionais entre diretores de estabelecimentos de ensino; os cursos para secretários de estabelecimentos médio - êles todos promovidos ou sustentados pela CADES.

d) Existem, todavia, sérias perspectivas de melhoria:

- dois ginásios orientados para o trabalho vão, afinal, funcionar (a partir de março ...), graças a recursos do P.N.E.
- um colégio industrial (distinto do acima referido), criado pela União mas até hoje parado (e que possuiria um equipamento "fabuloso"), vai ser encampado pelo Estado, que se comprometeu em torná-lo funcional.
- sobretudo, os cursos do CECINE, como os do CECIBA na Bahia, vêm fazendo uma recuperação sistemática dos "leigos" (médicos, farmacêuticos, engenheiros, etc...) do ensino secundário científico. Assisti a uma aula para 1ª série ginásial, baseada na mais moderna didática (ela própria inspirada na "teoria dos conjuntos"), e achei excelente. A duração de um curso é de mais ou menos um mês (janeiro ou julho), com 6 a 8 horas diárias de aulas teóricas, comentários de livros-textos, exercícios práticos. Cada núcleo (Recife, Terezina etc ...) deve ter sucessivamente 5 cursos (Ciências, Matemáticas, Física, Química, Biologia). O programa do atual curso de Terezina (Matemáticas) figura no anexo 2.

Acrescentemos que o CECINE, como os outros CECI, está publicando manuais para o ensino científico: após cada curso, os orientadores e os melhores professores-alunos da turma redigem, em colaboração, um desses manuais.

O CECINE organiza também (nas maiores capitais) estágios para os professores secundários científicos, com orientação mais ampla de professores universitários. Finalmente, em colaboração com o MEC e a SUDENE, promove classes-pilôtos.

Em que pese êsses aspectos favoráveis, as perspectivas do ensino médio e secundário parecem menos promissoras do que as do primário.

2.3. A situação do ensino superior me foi exposta pelo Prof. Camillo José de Silveira Filho, Presidente do Conselho Estadual de Educação. Existem 1 Faculdade (federal) de Direito, 1 Faculdade (particular) de Filosofia, 2 escolas estaduais (odontologia e medicina. Esta última tem recebido apreciável ajuda externa do Governo da Alemanha Oriental (material comprado com empréstimo a longo prazo), e tem pessoal formado no exterior (com ajuda da CAPES). Finalmente, duas escolas já estão criadas em lei (Serviço Social e Enfermagem).

Apesar dêsse crescimento quantitativo, e da vontade, constatada muitas vezes no decorrer da minha visita, de criar uma Universidade no Piauí (um projeto foi transmitido à Diretoria do Ensino Superior, não tive uma impressão muito favorável do ensino superior no Estado, e das suas possibilidades de desenvolvimento a curto e a médio prazo. Com efeito:

a) Todos os professores (a começar pelo próprio Prof. Camillo, que teria 14 empregos públicos ...) têm inúmeros encargos, não só no ensino superior ou nas profissões liberais, mas também no ensino médio secundário, nos órgãos governamentais e para-governamentais, etc ...

b) As escolas de Direito e Filosofia são de baixo nível. No referente a esta última pode-se perguntar, frente a fraqueza do corpo docente, se vale encorajar por enquanto, a formação de professores de ensino secundário em Terezina, pelo menos nos ramos científicos: quem assegura ou quem assegurará essa formação? É melhor, por um lado, ampliar o treinamento de "leigos", primeiro nos cursos (melhorados) da CADES, depois nos cursos do CECINE - e, por outro lado, mandar alunos para os grandes centros universitários. Uma parte dêles é que poderia formar, posteriormente, os quadros da Faculdade de Filosofia (ou dos institutos básicos e da Faculdade de Educação que lhe sucederem).

c) O crescimento da Medicina e da Odontologia terá de ser induzido e sustentado de fora para dentro, não só no referente aos recursos materiais, bem como à orientação científica. O que, até certo ponto, é noz mal: só que a data do verdadeiro take-off aparece bastante imprevisível.

d) Não há corpo docente para as escolas de Serviço Social e Enfermagem.

e) Sobretudo, não há escola superior agrícola nem escola veterinária (está apenas "cogitada"). Ora, escolas desse tipo são imprescindíveis ao desenvolvimento do Estado que, conforme aos planos da CODESE (Comissão de Desenvolvimento, que constitui, de fato, a secretaria de planejamento do governo), elaborados em estreita colaboração com a SUDENE, deve ter como eixo o crescimento da agro-pecuária (tive o ensejo de visitar o frigorífico de Campo Maior, que será o maior do Nordeste, e vai passar a funcionar daqui a dois meses).

2.4. O ponto alto da minha visita foi uma demorada conversa com a "alma" da Secretaria de Educação, o Prof. Itamar de Sousa Brito, técnico em educação, Chefe da Assessoria de Programação e Contrôlo (APC) e, neste título braço direito do Secretário. O fato do Prof. Itamar ocupar esse cargo faz muito tempo, já no governo precedente, lhe tem proporcionado uma visão ampla do problema educacional piauiense. Acrescentemos que acompanhou de perto, nos idos de 60, os esforços pioneiros realizados no Rio Grande do Norte, com a colaboração da SUDENE e da USAID, no sentido de uma melhoria sistemática (e que foi brilhantemente sucedida) do ensino primário.

#### Destaquei alguns pontos:

a) No momento, a Secretaria está acabando a execução de um plano trienal educacional (1) formulado em 1963 (para 64, 65 e 66), em decorrência de um acordo SUDENE-USAID-Estado do Piauí-MEC (mas a participação deste último foi simbólica até 1965, data a partir da qual começaram a afluir os recursos do PNE, que foram colocados a serviço do plano trienal estadual). O plano visava a ampliação e melhoria da rede de ensino de base,

---

(1): Cujo entrosamento com o Plano Trienal Nacional e sua parte educacional, elaborados na mesma época, não parece ter sido profundo: a ligação com o complexo SUDENE-USAID foi maior que a integração aos objetivos nacionais.

primário e normal. Não atendia às despesas correntes, a cargo do Estado e dos municípios (numa proporção que não cheguei a avaliar no decorrer da minha curta visita). Foi elaborado pela APC, apresentado a SUDENE-USAID, financiado sobretudo pela USAID (2 bilhões e 250 milhões, contra 300 milhões do Estado do Piauí e 150 da SUDENE), executado pela Secretaria, controlado pela APC.

Tinha sido prevista a seguinte repartição:

1. Construção e equipamento de salas de aula, escolas normais, etc ... : 1 bilhão e seiscentos milhões, ou seja, aproximadamente: 70%.

O plano previa a construção de 1.000 salas: 300 apenas puderam ser construídas, devido à estrutura deficiente da Secretaria e à inflação (voltaremos a esse assunto).

2. Melhoria do ensino: 30% essencialmente para ensino primário (treinamento de leigos, formação de supervisores, etc ... ).

O plano devia, originalmente, se desdobrar em planos trimestrais, mas só houve planos anuais, devido à falta de pessoal qualificado.

b) Para a elaboração do plano trienal, a Secretaria e sua A.P.C. (e, de modo mais geral, o SECEP - Serviço Cooperativo Educacional do Piauí - do qual a A.P.C. constitui a cabeça) foram assistidas por uma empresa de São Paulo, a PLANASA, que já tinha colaborado ao planejamento educacional do Rio Grande do Norte. Conheço pessoalmente alguns dirigentes (notadamente o Sr. Jorge Hori, que foi meu aluno na EBAP), de seriedade comprovada.

A assistência da PLANASA comportou dois itens:

- redação de 2 "Manuais de Organização", inspirados em particular, nos Cursos de "organização e métodos", da EBAP e da Escola das Empresas de São Paulo (ambas da Fundação Getúlio Vargas).
- treinamento em serviço, em 5 meses, do pessoal da SECEP. O próprio professor Itamar recebeu esse treinamento.

e) A colocação dos recursos do P.N.E. a serviço de plano trienal estadual a partir de 1965, se fez sem dificuldade, havendo compatibilidade entre as metas de ambos.

d) Uma comissão de planejamento do C.E.E. (3 membros: o próprio Prof. Itamar, o Dr. Paulo da Silva Ferraz, ex-secretário da educação, e a Prof<sup>a</sup> Diana Veloso) está equacionando um novo plano de educação, a ser integrado ao plano global do Estado, a cargo da CODESE (ver Anexo 3, e "Documento Preliminar ao III Plano de Desenvolvimento Econômico e Social", elaborado por esse organismo).

Perguntei se, os princípios e os mecanismos dessa integração tinham sido definidos, ou iam sê-lo. Deve a educação atender às necessidades em mão-de-obra dos outros setores? No caso afirmativo, quem fará a avaliação dessas necessidades e sua tradução no plano educacional? Como a expansão da economia estadual, por sua vez, há de permitir a realização dos objetivos cívico-culturais da educação? Têm sido esses últimos objetivos claramente formulados e quantificados? Percebi que os educadores piauienses - e, de modo geral, o Estado - não estão ainda preparados para o planejamento inter-setorial (e essa parte dos CROSE vai trazer para eles muita novidade). O que se entende lá por integração inter-setorial ainda não passa de uma compatibilização empírica entre as exigências dos vários setores, à luz de prioridades formuladas em termos éticos ou emocionais, no sentido de repartir verbas antes do que de promover a integração das várias esferas da vida social.

O que não significa que haja hostilidade entre os vários setores. Pelo contrário: notei que a CODESE aceitou pacificamente, para 1967, o plano provisório proposto pela A.P.C. para o setor educacional, plano esse a ser ampliado (e eventualmente reformulado) dentro do plano acima referido, a cargo do C.E.E. Mas, justamente, essa aceitação fácil, por parte dos planejadores, das exigências dos educadores, revela que as suas incidências econômicas não têm sido seriamente equacionadas.

e) Dentro dessa perspectiva limitada, fiquei interessado por um projeto de criação de novas escolas, nas zonas menos povoadas do Estado, atendendo-se ao seguinte critério:

São delimitadas áreas circulares de 3 kms de raio, em que haja pelo menos uma população escolarizável de 100 crianças; quando isso ocorre uma escola vai ser estabelecida no centro do círculo.

O trabalho de delimitação dos próprios círculos, a cargo de supervisores e administradores, já estaria bastante adiantado.

### 3. O Estado do Piauí e os CROSE:

Frente a êsses vários elementos, quais são as perspectivas de êxito dos CROSE no Piauí? Ou melhor: que benefícios o Estado pode sofrer com êles?

3.1. Importantes melhorias qualitativas poderiam ser sugeridas no âmbito do primário e do médio. Menos no que diz respeito aos aspectos administrativos (organização da Secretaria, descentralização regional, implantação de novas unidades escolares, etc ... onde sérios esforços estão sendo envidados) do que no plano pedagógico: as possibilidades da pesquisa e da experimentação pedagógicas terão de ser sistematicamente desvendadas, num ambiente que, apesar do seu dinamismo, ainda fica dominado por atitudes rotineiras. Isso, em particular, no âmbito do secundário.

3.2. No tocante ao ensino superior, acredito, infelizmente, que pouco poderão fazer os CROSE: muito embora as possibilidades de atuação do MEC (principalmente através do D.N.E. e dos planos anuais que o desdobram, da Diretoria do Ensino Superior e da CAPES) sejam, neste âmbito teoricamente boas, a criação de novas escolas, as nomeações de professores (e a multiplicação dos empregos universitários para cada professor), a qualidade do ensino - tudo isso reflete contingências sócio-políticas locais sobre as quais o Poder Central, por algum tempo ainda, terá fraca influência. Há de duvidar que os CROSE (sem verbas a distribuir!) possam provocar uma arrancada nesse setor. Tal arrancada só se dará no momento em que, frente a prementes exigências suscitadas pelo desenvolvimento de fato a assistência maciça do governo federal, condicionada a normas de eficiência até hoje desconhecidas no Piauí, aparecerá inevitável, e será pacificamente aceita. Por enquanto só há aspiração ao desenvolvimento, que permanece assim um ideal, em relação ao qual não há compromisso efetivo das elites da sociedade piauiense.

3.3. O que parece mais importante que as melhorias que poderiam, a partir dos CROSE, surgir para tal ou qual nível de ensino, é a idéia que se deve infundir, em todos os educadores e administradores da educação, da continuidade do sistema escolar, do pré-primário até o superior. Não só para que cuidem das necessárias transições pedagógicas e didáticas, mas também para que cada nível seja atento aos problemas de escoamento dos alunos que forma: será que o nível superior pode absorver parte substancial dêles? Segundo que modalidades? Que será dos outros? Não significa nada alfabetizar por alfabetizar, nem diplomar por diplomar.

3.4. Nessas condições, os CROSE devem também proporcionar uma visão das relações recíprocas entre economia e educação, numa coletividade que, conforme salientamos, apenas almeja o desenvolvimento, e não se dá conta exata das necessidades em mão-de-obra qualificada que ele requer, nem modalidades e limites que impõe à formação dessa mão-de-obra.

Disse em Terezina que a equipe do Piauí seria provavelmente de 6 pessoas. Os educadores do Estado vão discutir entre si da formação dessa equipe, que poderia incluir:

- O Prof. Itamar de Sousa Brito, que seria responsável local;
- um outro membro da A.P.C.;
- o Prof. Paulo Nunes;
- 2 supervisoras.

O 6º membro poderia ser:

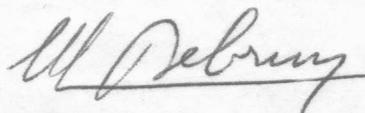
- o próprio secretário de educação ou o Prof. José Camillo da Silveira Filho, no caso de um ou outro puderem se dedicar aos colóquios.
- No caso contrário, um representante do ensino agrícola, ou, eventualmente, industrial.

Em conclusão:

a) Como o Estado do Mato Grosso, o Piauí está pronto para o take-off educacional. Tem inclusive, a seu favor, uma certa experiência e projetos bem estruturados no campo do ensino primário.

b) Em contrapartida o número e a força das estruturas cristalizadas, dos corpos intermediários (entre os projetos de reforma e sua realização) são maiores do que em outros Estados num estágio econômico parecido.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente



MICHEL DEBRUN



ESTADO DO PIAUI  
Secretaria de Estado de Educação e Cultura  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

743  
Ent.

ESTADOS PE  
001317 - 28/04/67  
— PROTOCOLO —

Ofício nº CEE/ 52/67

Teresina (Pi), 26 . 04. 67

Senhor Diretor

Apraz-me acusar o recebimento do ofício nº 341, de 05. 02. 67, comunicando a realização de Colóquios Regionais sôbre a Organização de Sistemas Educacionais, gentileza que penhorado, agradeço.

A presença, entre nós, de ilustre Professor Michel Debrun constituiu outro motivo de satisfação.

Fermando votos pelo pleno sucesso dos Colóquios, apresento-lhe protestos de estima e distinta consideração.

*José Camillo da Silveira Filho*  
José Camillo da Silveira Filho  
Presidente do Conselho Estadual de  
Educação do Piauí.

Exmo. Sr.  
Prof. Carlos Corrêa Mascaro  
DD. Diretor do I.N.E.P..

RIO DE JANEIRO - GB

Nº 341

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1966

AO: Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação  
do Piauí

DO: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> a realização, sob os auspícios do INEP, a partir de março próximo, dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas Educacionais, destinados a administradores e técnicos que estão a serviço da educação em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases fixou uma nova sistemática de educação no Brasil, com repercussão na sua filosofia, bem como na sua organização e administração. De resto, cabe a esta exprimir aquela, na medida em que depende do aparelho institucional a eficácia dos novos propósitos formulados na Lei.

Fôrza é constatar, todavia, a desconexão persistente, depois da Lei, entre os dois planos: o das intenções nela expressas, ou implícitas, e o das condições institucionais de sua aplicação. Consciente de suas funções específicas, cuida o INEP - órgão de pesquisa e estudo da educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades - de colaborar no sentido de que seja preenchido êsse intervalo entre o sistema estatuído e o aparelho executor indicando, realisticamente, os caminhos abertos à Administração para atingir os propósitos da nova política educacional brasileira. E não visa a fazê-lo através de elaborações de gabinete, mas constituídas ao contato com os fatos e as pessoas ligadas ao processo educacional. No que concerne ao ensino primário e médio, a sua vinculação aos Estados nos sugeriu a conveniência de sistematizar êsse contato no nível e no âmbito dos próprios Estados, reunidos em colôquios regionais.

Têm, pois, os CROSE, três objetivos essenciais: 1) a elucidação mais ampla possível da Lei de Diretrizes e Bases, bem como da legislação e dos atos administrativos que a complementam; 2) a análise aprofundada da atual problemática educacional em nosso país; 3) a colaboração técnica do MEC com as Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação dos Estados, no esforço que vêm realizando no sentido de atualizar os respectivos sistemas educacionais, de acordo com os imperativos do desenvolvimento nacional.

Tendo em vista a soma de encargos que esse empreendimento comporta, instituímos uma Comissão Executiva dos Colóquios, coordenada pelo antigo Diretor do Ensino Superior, e atual membro do Conselho Federal de Educação, Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e constituída por técnicos brasileiros e técnicos da UNESCO, especialmente convidados para esse fim. Compõem a Comissão, pelo lado brasileiro, além do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, os professores Paulo de Almeida Campos e Eulina Carvalho, e pelo lado da UNESCO, os professores Michel Debrun, Pierre Furter e o economista, Prof. Jacques Torfs.

Cabe-me, nesta oportunidade, apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> o Prof. Michel Debrun, o qual foi encarregado pelo INEP de levar pessoalmente a V. Ex.<sup>a</sup> e às demais autoridades educacionais dêsse Estado, uma visão mais detalhada de nossos objetivos, assim como de recolher todos os elementos de informação que possam assegurar objetividade aos nossos estudos. O referido professor poderá, igualmente, oferecer maiores esclarecimentos sobre o tema e o cronograma que acompanham este ofício, assim como sobre a forma de participação dêsse Conselho.

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup>, neste ensejo, os protestos de minha distinta consideração.

Carlos Correa Mascaro  
Diretor do INEP

Nº 322

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1966

Ao: Ex<sup>mo</sup> Sr. Secretário de Educação do Estado do Piauí

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> a realização, sob os auspícios do INEP, a partir de março próximo, dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas Educacionais, destinados a administradores e técnicos que estão a serviço da educação em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases fixou uma nova sistemática de educação no Brasil, com repercussão na sua filosofia, bem como na sua organização e administração. De resto, cabe a esta exprimir aquela, na medida em que depende do aparelho institucional a eficácia dos novos propósitos formulados na Lei.

Fôrça é constatar, todavia, a desconexão persistente, depois da Lei, entre os dois planos: o das intenções nela expressas, ou implícitas, e o das condições institucionais de sua aplicação. Consciente de suas funções específicas, cuida o INEP - órgão de pesquisa e estudo da educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades - de colaborar no sentido de que seja preenchido êsse intervalo entre o sistema estatuído e o aparelho executor indicando, realísticamente, os caminhos abertos à Administração para atingir os propósitos da nova política educacional brasileira. E não visa a fazê-lo através de elaborações de gabinete, mas constituídas ao contato com os fatos e as pessoas ligadas ao processo educacional. No que concerne ao ensino primário e médio, a sua vinculação aos Estados nos sugeriu a conveniência de sistematizar êsse contato no nível e no âmbito dos próprios Estados, reunidos em colóquios regionais.

Têm, pois, os GROSE, dois objetivos essenciais: 1) a elucidação mais ampla possível da Lei de Diretrizes e Bases, bem como da legislação e dos atos administrativos que a complementam; 2) a colaboração técnica do MEC com as Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação dos Estados, no esforço que vêm realizando no sentido de atualizar os respectivos sistemas educacionais, de acôrdo com os imperativos do desenvolvimento nacional.

Tendo em vista a soma de encargos que êsse empreendimento comporta, instituímos uma Comissão Executiva dos Colóquios, coordenada pelo antigo Diretor do Ensino Superior, e atual membro do Conselho Federal de Educação, Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e constituída por técnicos brasileiros e técnicos da UNESCO, especialmente convidados para êsse fim. Compõem a Comissão, pelo lado brasileiro, além do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, os professores Paulo de Almeida Campos e Eulina Carvalho, e pelo lado da UNESCO, os professores Michel Debrun, Pierre Furter e o economista Jacques Torfs.

Cabe-me, nesta oportunidade, apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> o Prof. Michel Debrun, o qual foi encarregado pelo INEP de levar pessoalmente a V. Ex.<sup>a</sup> e às demais autoridades educacionais dêsse Estado, uma visão mais detalhada de nossos objetivos, assim como de recolher todos os elementos de informação que possam assegurar objetividade aos nossos estudos. O referido professor poderá, igualmente, oferecer maiores esclarecimentos sôbre o temário e o cronograma que acompanham êste ofício, assim como sôbre a forma de participação dêsse Estado.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de facilitar ao Prof. Michel Debrun os contatos indispensáveis ao desempenho de sua missão, dentro do curto prazo de que dispõe.

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup>, neste ensejo, os protestos de minha distinta consideração.

Carlos Correa Mascaro  
Diretor do INEP